



EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS CULTURAIS
NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

Isaura Botelho, Carlos Torres Freire

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS CULTURAIS NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

Isaura Botelho*
Carlos Torres Freire**

INTRODUÇÃO

Este texto tem como foco a área da cultura e, conseqüentemente, os equipamentos culturais localizados na região central, entendida aqui como a subprefeitura da Sé (distritos Sé, República, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro), mais os distritos Pari e Brás. A proposta é discutir a questão da cultura dentro de uma perspectiva de revalorização e de desenvolvimento com inclusão social da região central. Para isto, este artigo está dividido em quatro partes: na primeira, apresenta algumas experiências de revalorização de áreas centrais que tiveram a cultura como foco propulsor; depois, discute a necessidade de articulação da cultura com outras questões sociais e econômicas; na terceira, apresenta uma descrição da distribuição dos equipamentos culturais na região central; e, por fim, faz algumas indicações que podem servir ao desenvolvimento de futuras políticas públicas para a região.

Antes disso, alguns aspectos têm de ser considerados. O primeiro deles é a heterogeneidade da composição da subprefeitura da Sé. Há distritos compostos por bairros de baixa densidade demográfica e de alta renda, como são os casos do Pacaembu e de Higienópolis, ambos no distrito Consolação, e há favelas, como a do Gato (no Bom Retiro, próxima à Marginal Tietê) e a do Moinho (embaixo do

* Profissional da área de cultura, é pesquisadora e coordenadora de difusão do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

** Mestrando em Sociologia pela USP, é assistente de pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)

viaduto Engenheiro Orlando Murgel, em Santa Cecília). Não se pode olhar a região da avenida Paulista ou mesmo do Pacaembu e de Higienópolis (distritos Bela Vista e Consolação, respectivamente), com seus altos níveis de escolaridade e renda, acrescidos pela expressiva presença de equipamentos culturais, como comparáveis aos distritos Sé e República.

Considerando apenas o aspecto socioeconômico dos habitantes dessas regiões, já teremos os indicadores necessários para que haja uma forte diferenciação no consumo cultural, independentemente da existência ou não de equipamentos culturais nas proximidades. É neste sentido que, do ponto de vista da cultura, é necessário destacar essa heterogeneidade e, conseqüentemente, considerar como prioritárias as zonas em aparente decadência, como aquelas mais centrais, que são chamadas de centro velho (Sé) e centro novo (República), acrescentando o distrito Bom Retiro, que abriga equipamentos de grande porte em qualidade e importância, em desacordo com seu entorno degradado. Isso não significa ignorar os demais distritos. Apenas focar o olhar sobre aqueles que se identificam com o início da cidade. O centro velho, por exemplo, embora não conte com monumentos ou edifícios representativos de uma antiguidade remota, tem um significado simbólico no imaginário da população, pois é identificado com a origem histórica da cidade¹.

Creemos ser oportuno antecipar, desde já, uma outra observação: o termo “revitalização” não parece adequado para se falar da região central, na medida em que dinamismo e vida são o que não lhe faltam. O que está em causa é muito mais trazer de volta ao centro outros segmentos sociais que o abandonaram, do ponto de vista de moradia, ou que deixaram de freqüentá-lo, em função de sua deterioração (sujeira, insegurança etc). Sendo assim, o ficar no centro torna-se o desafio. Mesmo considerando a quantidade de equipamentos culturais de alta qualidade existentes na área, as pessoas vão ao centro para freqüentá-los, mas não permanecem nele. Daí a necessidade de se considerar a

1. Comentando sua pesquisa realizada com freqüentadores dos cinco principais museus da cidade, Freire (1997) afirma que a imagem do centro é construída na intersecção de duas experiências: a memória (mesmo que idealizada) e a vivência do que é atualmente. A referência a essa cidade desaparecida é mais constante do que qualquer outra região da cidade, mesmo com a expansão e com o surgimento de novos bairros, o centro permaneceu como referência originária, referência forte no imaginário urbano.

região de maneira articulada, propiciando atividades secundárias que complementem esta “ida ao centro” e estimulando a circulação das pessoas por ele. Isso significa pensar, além dos aspectos essenciais de infra-estrutura urbana, em serviços correlatos, como livrarias, casas de discos, restaurantes, cafés etc., que permitam e criem desejo e curiosidade de permanecer na região, engendrando percursos variados.

Assim, parece-nos instrutivo começar revendo algumas experiências de revalorização urbana que tiveram a construção ou a ampliação de equipamentos culturais como um dos propulsores do processo de recuperação de centros históricos ou de áreas urbanas.

1. EXPERIÊNCIAS DE REVALORIZAÇÃO DE ÁREAS CENTRAIS TENDO A CULTURA COMO FOCO PROPULSOR: PRESSUPOSTOS E PROBLEMAS

Embora as experiências de revitalização, revalorização, reabilitação ou ainda requalificação de áreas urbanas sejam muitas, escolhemos aquelas que podem contribuir de maneira mais direta à presente discussão.² A maioria delas tem um foco especial sobre equipamentos culturais de grande porte, alguns deles monumentais, que têm sido considerados um dos principais motores do sucesso dessas experiências. No entanto, as mais bem sucedidas são aquelas em que não houve apenas um investimento nesses equipamentos, mas, sim, uma atenção ao conjunto dos problemas urbanos e sociais, até porque a maioria desses projetos foi elaborada visando a revitalização econômica de regiões ou de cidades degradadas.

O proclamado sucesso dessas experiências não é isento de críticas, por vezes bastante duras, como é o caso, no Brasil, de Otilia Arantes, que questiona, incisivamente, o foco na chamada *dimensão cultural* dos planos estratégicos de desenvolvimento. Para a autora, trata-se de uma etapa a mais na abordagem culturalista da cidade. Ela põe em causa o fato de se planejar previamente políticas urbanas de matriz identitária exatamente naquele universo em princípio refratário à homogeneidade, que é o

2. Por vezes usados indiscriminadamente, esses são os termos mais adotados nas experiências de reabilitação urbana. Há uma literatura crítica sobre o assunto, mas não cabe aqui entrar nos meandros da discussão.

da cultura. Dessa forma, a cultura é tratada como mais um produto de mercado, funcionando apenas como um dos ingredientes nas estratégias de *image-making*. Nesse processo, a redução se configura no “reencontro glamuroso entre Cultura (urbana ou não) e Capital”, onde a primeira tem como papel fundamental servir de isca, tanto do ponto de vista de imagem como de atração, para outros investimentos (Arantes, 2002, p. 14/15/27). Assim, dois personagens no enredo das novas estratégias urbanas seriam os planejadores urbanos e os promotores culturais.

A autora fala da invenção do *cultural* por um *star system* arquitetônico, associado a governantes movidos pela “mosca azul da monumentalidade espetacular, capaz de produzir os consensos indispensáveis”, onde o cultural se transforma em mera “mercadoria vedete” (Arantes, 2002). Nesse sentido, do ponto de vista da população, o sentimento de cidadania, visto normalmente como uma qualidade, seria induzido (em sentido negativo) por meio de atividades culturais que lhes estimulem a auto-estima ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico. A crítica principal, no caso, é pelo fato de que “a cultura hoje não é o outro ou a contrapartida, mas a parte decisiva do mundo dos negócios, ela mesma o grande negócio” (Arantes, 2002, p. 47-48).

Tendo em vista tais críticas, deve-se tomar a questão do sucesso ou insucesso de políticas de reabilitação de áreas urbanas – que devem, sem dúvida, ser implementadas – como dependentes de uma superação desta visão reduzida que leva apenas à gentrificação e à redução do cultural ao meramente espetacular e mercadológico. De qualquer forma, não há dúvida de que os riscos são enormes e cremos que a observação de algumas das experiências internacionais e de suas particularidades pode auxiliar na tomada de decisões.

Paris

No caso de Paris, não houve um planejamento de tipo estratégico, nos moldes de projetos como o de Barcelona. No entanto, fica clara a vontade de intervenção por parte dos diversos presidentes da República que se sucederam, tendo seu auge durante os 14 anos do governo François Mitterrand (de 1981 a 1994). O rol dos chamados *Grands Travaux* (grandes projetos encetados ou assumidos pelo

novo presidente) compreende construções monumentais e, em sua maioria, equipamentos culturais, tendo por responsáveis grandes nomes da arquitetura internacional.³

A política dos Grandes Trabalhos não foi uma novidade, mas a originalidade de Mitterrand foi a de ter incrementado consideravelmente o número e a importância das operações e de ter sabido transformá-las na grande vitrine de sua ação política.⁴ Em princípio, essas intervenções foram fundamentadas pelo desejo de dar novo impulso a equipamentos culturais que já não davam conta das novas demandas ou que se encontravam em deterioração, necessitando ampliação, melhores acomodações e restauro. Esse seria o argumento no caso do Louvre e da Biblioteca Nacional. Segundo seus defensores, esses investimentos seriam, mais uma vez, mostra da coerência francesa com o legado de André Malraux em nome da democratização da cultura; coerência – se este for o termo adequado – comum aos presidentes franceses (a partir de De Gaulle, de quem Malraux foi Ministro da Cultura), quer de esquerda, quer de direita, num país onde a cultura é, há muito tempo, um valor e um motivo de orgulho.

Apesar da vontade de deixar uma marca pessoal inesquecível mediante a construção de tantos monumentos, Mitterrand pretendia um projeto de atuação sobre a qualidade do entorno, envolvendo, portanto, a cidade como um todo. Pode-se verificar isso pela presença dessas intervenções em regiões bem distintas de Paris. Ao lado da monumentalidade desses equipamentos, e não como questão menor, os projetos realizados por grandes nomes do que Arantes (2002) chama de *star system* internacional da arquitetura, escolhidos por concurso, já em si, atraíram as atenções do mundo inteiro. Seu forte impacto, afóra outros fatores, acabou provocando a recuperação e a reconstrução das áreas

3. Mitterrand herda de seu antecessor e dá continuidade à construção do *Institut du Monde Arabe* (Jean Nouvel), o *Musée d'Orsay* (Gae Aulenti) e a *Cité des Sciences et de l'Industrie de la Villette* (Adrien Fainsilber). Como decisões pessoais do presidente, temos *Le Grand Louvre* (Pei leoh Ming), o Ministério das Finanças em Bercy (Paul Chemetov), a nova *Bibliothèque National de France* (Dominique Perrault) e *La Grande Arché de la Défense* (Otto Sprekelsen). Outros grandes projetos, embora não sendo de iniciativa do presidente, foram aprovados por ele e vinham ao encontro de sua sede por monumentos.

4. Charles De Gaulle (*Villes nouvelles* no subúrbio parisiense), Georges Pompidou (*Beaubourg*) e Valéry Giscard d'Estaing (novo *Les Halles*) realizaram coisas semelhantes, com a mesma monumentalidade e amplitude.

próximas. Já havia sido assim com o *Centre Georges Pompidou – o Beaubourg*, que acabou por transformar o *Marais* em um dos bairros mais nobres de Paris⁵.

Arantes (2002) localiza nesta iniciativa de renovação espetacular “o modelo dos atuais megaempreendimentos-âncora, os motores da ‘requalificação’ urbana. Estava tudo lá, naquelas providências de regulação flexível do urbano, da ampliação da indústria cultural que incorporava a cultura dos museus e suas adjacências *highbrow* ao capitalismo de imagens, da nobilitação arquitetônica do mundo dos negócios à correspondente mitologia urbanizadora do terciário avançado, sem a qual não se pode aspirar ao *status* de cidade global”. Para ela, nesse período, mais do que nunca, o governo francês se empenhou em devolver a Paris o título de “Capital Mundial da Cultura” (Arantes, 2002, p. 48-49). É a cidade-empresa-cultural. Seria a grande inovação da esquerda francesa, que sobe ao poder em 1981: a invenção da máquina cultural de crescimento, substituindo o Estado Social pelo Estado Empresário Cultural.

Do ponto de vista de uma estratégia permanente de restauro (o patrimônio tombado é imenso), o governo mantém uma política de estímulos fiscais (imposto de renda, imposto sobre valor agregado e transferência de patrimônio) oferecidos à iniciativa privada⁶. Ao mesmo tempo, o peso que o turismo, e mais ainda o dito turismo cultural, tem na França é estratégico. Em 2001, 76,5 milhões de turistas estrangeiros visitaram o país e 97,1 bilhões de euros foram despendidos (turismo interno e externo), dos quais 17,3% gastos na região da capital. O turismo fornece cerca de um milhão de empregos diretos no país inteiro e representa 6,6% do PIB francês⁷.

O que é evidente no caso francês é que temos a conjunção de dois fatores de grande peso que contribuem para o sucesso das intervenções. O primeiro é o fato de a França se ver como o verdadeiro

5. No momento de sua construção esse bairro encontrava-se em estado de degradação.

6. Neste caso, o Ministério da Cultura, mediante sua Divisão de Patrimônio, confere apoios a quem investe numa propriedade histórica com finalidade comercial. Existem ainda diversos programas de apoio a investidores, segundo o tipo de imóvel em questão.

7. É importante mencionar que os dois ministérios, cultura e turismo, têm uma relação de estreita colaboração, formalizada por convênio desde 1987. Essa parceria é regular e se dá em torno de projetos concebidos de comum acordo, onde cada parceiro intervém em seu domínio específico.

centro mundial da cultura, e o segundo é ter consciência do valor midiático de se investir em equipamentos de cultura monumentais. Todo esse investimento alimenta diretamente o turismo, tanto interno quanto externo, que é um segmento fundamental na vida econômica do país.

Barcelona

Em 1987, a municipalidade de Barcelona desenvolveu um Plano de Reabilitação Integral do Centro Histórico (*Ciutat Vieja*), composto por diferentes programas setoriais de intervenção que incluem: urbanismo, moradia, segurança, bem-estar social, revitalização econômica, mobilidade, acessibilidade, equipamento e infra-estruturas. O distrito havia entrado em franca decadência depois das intervenções urbanas provocadas pela nova dimensão adquirida pela cidade no século XIX. A perda de valor econômico e a saída das classes sociais de renda mais alta fizeram com que a região se visse afetada pelos problemas advindos da falta de renovação do tecido urbano, pela deterioração das moradias e pelo estabelecimento de atividades marginais e precárias. Por outro lado, a centralidade do distrito incrementou a mobilidade com todas suas seqüelas: ruído, poluição e congestionamentos.

Tendo como objetivo compatibilizar residência com as atividades de comércio, hospedagem, turismo, serviços e recreação, houve a intenção de instalar, em função da centralidade da área, uma oferta cultural importante. O objetivo era manter a população residente e atrair novos setores. O estímulo aos usos mistos e à diversidade urbana favoreceu a revitalização social, econômica e urbanística da região, com, por exemplo, a implantação de pólos de atração (universidades, eventos e equipamentos culturais). Do ponto de vista do bem-estar social, foram criados equipamentos e centros cívicos, programas de atendimento social e de saúde, para a infância e para a terceira idade, além de programas para segurança⁸.

8. São 439 ruas com novo sistema de iluminação e 308 com nova pavimentação. Quatrocentas moradias foram renovadas, 1.300 novas foram construídas e há solo disponível para outras 750. Dois parques foram criados e 26 praças foram 'acondicionadas', 4.000 árvores plantadas. Foram construídos seis centros cívicos, três centros para a terceira idade e cinco complexos desportivos (ACH, 1999).

Ao que parece, uma das grandes razões do sucesso dessa empreitada foi o nível de participação dos cidadãos, conscientes da necessidade de realizar um ambicioso programa de renovação urbana. Todos os escritórios relacionados com o processo demonstraram alto grau de consenso, e também os residentes e comerciantes participaram ativamente na tomada de decisões. Além das medidas de participação previstas pelas normas do próprio projeto, outras surgiram, como as comissões de vizinhança. Isso tudo mostra que o empenho da sociedade civil foi essencial para criar uma identificação dos cidadãos com o projeto.

Para Arantes (2002), a novidade do planejamento estratégico de Barcelona se deve à associação entre o modelo americano de cidade-empreendimento ao pesado investimento no aumento da oferta cultural, segundo o modelo francês, cuja matriz é Paris. Além disso, a cidade foi beneficiada pelo marketing propiciado pelas Olimpíadas de 92. Por isso mesmo, além do aporte do governo central, houve uma visibilidade que interessou sobremaneira à iniciativa privada. O grande diferencial do caso de Barcelona foi o de haver “uma experiência acumulada de gestão urbana de esquerda [...], que fazia com que, mesmo quando o princípio que a norteava fosse o de intervenções pontuais, se destinasse a recuperar o conjunto da cidade – não havia, pelo menos de forma explícita, a intenção de beneficiar uma elite local, criando nichos de alto valor imobiliário” (Arantes, 2002, p 52).

Ao lado de todas as intervenções urbanas previstas no planejamento estratégico de Barcelona, houve um reforço dos valores mais representativos da cidade no campo das artes e que têm, por si só, repercussão internacional, como Juan Miró, Tapiés e Pablo Picasso (artes plásticas), Montserrat Caballé e Pablo Casals (música), Cerda e Gaudí (arquitetura), entre outros. Em seu esforço de se definir como uma metrópole europeia, Barcelona soube aproveitar a experiência de Paris, “explorando ao máximo seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais” (Arantes, 2002). Ademais, a cidade se especializou na promoção periódica de eventos grandiosos e altamente midiáticos⁹.

9. Um bom exemplo é o *Forum Universal de las Culturas*, previsto para maio/2004 e que funcionará, ininterruptamente (durante 141 dias), até setembro/2004. Ele está sendo organizado em bases totalmente empresariais e está sendo vendido

Do ponto de vista específico da área cultural, cabe mencionar ainda que, a partir de 1996, foi criado o Instituto de Cultura de Barcelona com o objetivo de colocar a cultura da cidade como um dos principais propulsores do seu desenvolvimento e projeção. Ressalte-se que foi elaborado um Plano Estratégico de Cultura (1999), totalmente integrado ao Plano Estratégico da Cidade. O plano de cultura propõe uma inversão das prioridades, a partir da avaliação de que a dimensão cultural é um dos eixos fundamentais do século XXI: a estratégia de transformação deve ser eminentemente cultural, passando a definir as outras ações, e não o contrário. Isso também seria decorrência do sucesso do investimento em cultura, que teria resultado em um aumento perceptível não só da oferta como do consumo cultural por parte dos cidadãos, tendo havido uma inclusão de setores sociais tradicionalmente não atendidos ou não praticantes. Ao mesmo tempo, o plano prevê mudanças sensíveis no terreno cultural, com a criação de novas instituições, projetos e equipamentos.

Barcelona levou a sério o projeto cidade-empresa-cultural como empreendimento permanente¹⁰, e a projeção da imagem prestigiosa da cidade além-fronteiras continua sendo uma estratégia fundamental de legitimação. Investe-se de forma constante na revitalização de velhos espaços, na construção de novos e na realização de eventos, com atenção especial para aqueles de natureza cultural. A cidade busca sua auto-afirmação regional, nacional e internacional e torna-se um laboratório de experimentação de novas políticas culturais¹¹.

México

Em 1990, foi criada junto com um pacote de incentivos fiscais uma instituição privada, o *Fideicomiso del Centro Histórico* da Cidade do México, com o objetivo primordial de contribuir para os

mundo afora em seminários e congressos. Ressalte-se que o megaevento será pretexto para mais uma grande intervenção urbana: *La Plaza*, situada numa área nova de cerca de 50 hectares. Isso significa que Barcelona ganha nova zona urbana com a restauração da região próxima da desembocadura do rio *Besòs*, propiciando a criação de setores residenciais e novos espaços públicos com enfoque na utilização cultural.

10. Destaca-se o esforço permanente de investimento da gestão municipal na melhoria dos mecanismos de trabalho.

11. A disputa interna da Catalunha no cenário espanhol e a rivalidade entre Barcelona e Madri, tanto do ponto de vista de afirmação política como cultural, não podem ser esquecidas.

programas públicos e privados de recuperação, conservação e desenvolvimento da região que, desde 1987, havia sido reconhecida como patrimônio da humanidade pela UNESCO. Tal título internacional foi um dos motores dos investimentos na zona central da cidade. Em seu conjunto, os objetivos não diferem dos outros expostos aqui.

O diagnóstico identificava, ao longo do século XX, a destruição, a perda e a degradação de grande parte do patrimônio cultural, e a deterioração do centro histórico da Cidade do México, o que foi agravado pelo terremoto de 1985¹². Comum a todos os casos: o esvaziamento populacional, a degradação física, o comércio ambulante, a insegurança, a sujeira, a necessidade de conscientizar a população desde a idade escolar, a necessidade de envolvimento de todos os segmentos sociais. Em geral, essas áreas têm problemas provocados por: uso inapropriado dos imóveis, falta de estacionamentos, existência de zonas de prostituição, insuficiente número de estabelecimentos comerciais operando durante os sete dias da semana e infra-estrutura deficiente. Não é diferente no centro histórico da Cidade do México, onde o *Zócalo* – principal praça, início da cidade, onde ficam a catedral, o Palácio do Governo e o Museu *del Templo Mayor*, circundada por edifícios tombados – foi transformado numa área de trânsito de automóveis, com um calçadão no centro, cercado por camelôs¹³.

Dentro de sua organização, o *Fideicomiso* conta com uma comissão técnica que reúne todos os parceiros que atuam no centro e que são diretamente afetados pelo projeto. Segundo depoimentos, seu caráter privado faz dele uma ferramenta fundamental de gestão, pois gera confiança entre os parceiros privados, impulsionando a transformação e a recuperação de casas e de edifícios antigos (Gavito, 1999). Os incentivos fiscais são o principal instrumento para que os proprietários assumam a remodelação de seus próprios imóveis. É o *Fideicomiso* que faz a intermediação entre os proprietários

12. São cerca de 1.500 edifícios catalogados como monumentos históricos ou artísticos, entre eles 70 templos, 196 monumentos civis, 53 museus e 42 praças.

13. As propostas de solução não são diferentes das dos outros projetos que serviram de modelo. Iniciaram com os elementos básicos de segurança e limpeza (para que as pessoas sentissem a vontade política e o interesse do governo); depois, o mobiliário urbano (a sinalização e a vegetação são elementos considerados fundamentais).

e as autoridades competentes. Além disso, ele mantém uma área de apoio técnico, responsável por assessorar os projetos de restauração, remodelação, obras novas e orientação no sentido do uso posterior do imóvel em termos produtivos¹⁴. A boa resposta que os mecanismos fiscais vêm tendo dos proprietários de imóveis faz com que a restauração do centro histórico tenha se tornado autofinanciável. Outro aspecto que parece fazer efeito é o que podemos chamar de contaminação: “quando se melhora uma fachada, o vizinho ao lado restaura outra e assim se resgata a imagem urbana da rua” (Gavito, 1999).

A readaptação dos espaços dos antigos imóveis para uso habitacional é uma das prioridades (projeto “*Vivir en el Centro!*”). O conjunto da intervenção prevê a criação de produtos imobiliários diversificados tanto na ocupação dos espaços livres, como para aqueles já construídos, mas que podem ser reciclados. A parceria entre governo e proprietários para se atrair interessados nesses imóveis é vista como fundamental, assim como a preocupação de acentuar a identidade do centro, fomentando os espaços públicos e a atividade social nas ruas.

Além de outras semelhanças possíveis (megalópoles terceiro-mundistas com todas as conseqüências que daí advêm), o centro histórico da cidade do México tem muito em comum com São Paulo, embora esta última não tenha a riqueza patrimonial-arquitetônica ímpar daquela. O aspecto mais gritante é o fato de que o centro histórico da capital mexicana tem uma quantidade expressiva de equipamentos culturais, dos quais 53 museus de uma qualidade excepcional e muito bem conservados ou restaurados. O mesmo se pode dizer dos edifícios públicos, que também abrigam uma quantidade enorme de obras de arte, principalmente os murais do período revolucionário. Do ponto de vista da organização não há tanta surpresa, pois há muito tempo os mexicanos estão na vanguarda da museologia e da museografia. Chama a atenção, porém, a beleza e o cuidado com as edificações, o que demonstra um esforço concentrado nesses equipamentos. Fora deles, o comércio ambulante é um problema que os administradores não conseguiram resolver. Calçadas estreitas empurram os pedestres para o asfalto

14. 1455 obras foram realizadas por particulares: 33% são restaurações integrais e 33% correspondem à melhoria de fachadas. Os restantes 34% referem-se a obras menores: pinturas, reparos e melhorias em geral (Gavito, 1999).

e o próprio comércio ambulante ocupa, muitas vezes, parte do espaço destinado aos automóveis. O contraste entre o “dentro” e o “fora” é chocante. A insegurança é grande, sobretudo quando o comércio fecha, ao final do dia. Sente-se um investimento grande no restauro de imóveis, no investimento em equipamentos culturais de altíssimo nível e, no entanto, o centro histórico mantém uma atmosfera decadente e de insegurança.

Bilbao

A experiência de Bilbao merece ser mencionada por ser um modelo que vem também reverberando e fazendo escola. Mais uma vez, tem-se aqui uma cidade que vinha se degradando em função da desindustrialização. Pelo que se pode verificar na literatura sobre o tema, o Plano Estratégico que foi elaborado não teve o mesmo sucesso que o de Barcelona, até surgir a proposta da Fundação *Guggenheim* de construir um museu monumental que, por sua própria arquitetura (do americano Frank Gehry), fosse o grande chamariz da cidade, da mesma maneira que a Ópera de Sidney, na Austrália.

A “reversão” do insucesso do plano local teria se devido ao investimento na construção de um majestoso equipamento cultural. Se Bilbao virou centro das atenções em função do museu, o que é verdade, não parece que isso venha representando uma grande alteração: apenas 5% do turismo se devem à existência dele, o que não chega a compensar os U\$ 200 milhões gastos em sua construção, franquia e acervo. Ademais, o conteúdo do museu fica, em grande parte, por conta das exposições itinerantes da matriz nova-iorquina, com seus altos custos. Esta experiência seria mais um alerta para o Rio de Janeiro, que terá uma nova filial deste museu.

Nesta direção, é instrutiva, no caso de São Paulo, a experiência de criação do Complexo Cultural na antiga estação Júlio Prestes e que tem uma das melhores salas de concerto da América Latina: a Sala São Paulo. Se havia a esperança de que esse investimento monumental por si só alterasse a degradação de seu entorno, pode-se verificar o equívoco no qual se baseava essa suposição. Mesmo considerando o restauro da Pinacoteca do Estado, poucas quadras adiante, a existência do

Museu de Arte Sacra, um pouco mais além, o restauro do edifício do antigo DOPS e o presente restauro e transformação da Estação da Luz, vemos que essas ações, meritorias em si, não foram suficientes para mudar a região. Vale insistir que é necessário um conjunto de ações que interfiram no espaço urbano como um todo.

Outras experiências como as relatadas vêm sendo adotadas, quer por meio de intervenções pontuais, quer por projetos de grande alcance, tendo em vista a recuperação de áreas mais extensas ou mesmo a própria cidade em seu conjunto. Vale o alerta de Otilia Arantes, que analisa ocorrências similares em Lisboa e Berlim, sobre os perigos (entre outros) da gentrificação e o caráter de esvaziamento dos conteúdos culturais dessas experiências.



Nas experiências examinadas, temos em comum o fato de o poder público, local ou nacional, ser o seu principal promotor. Em todas elas, a questão cultural foi o principal chamariz ou um dos mais fundamentais, em que se pese o “valor” que os governos já dão à questão cultural (caso francês, por exemplo). Em todos eles, além da criação de novos equipamentos, a preservação/restauro não visa apenas monumentos, mas conjuntos urbanos mais amplos – por vezes é uma região inteira – e, além de uma retórica sobre os benefícios culturais, o principal objetivo é o de criar atrativos turísticos (o que não vemos como um mal em si, desde que se atente para as questões intrinsecamente culturais de gestão e política desses equipamentos). Ademais, é bom ressaltar o fato de que, no caso francês, a gestão dos Grandes Trabalhos, embora autônoma, ficou sob a esfera do Ministério da Cultura. No caso de Barcelona, o processo de revitalização, que começou pelo centro histórico, impulsionou a criação de um órgão de cultura que, por sua vez, lançou um plano estratégico próprio e, pelo que se pode verificar, assume a vanguarda do processo hoje em dia. Nesses dois casos, são ações permanentes de investimento que, mesmo quando localizadas em espaços determinados, têm em mira a cidade em seu conjunto.

2. Por que não se pode isolar a questão da cultura?

Creemos que o exposto até aqui demonstra que, do ponto de vista urbano, pensar a questão da cultura tendo em vista seu papel na reabilitação e no desenvolvimento de determinada região de uma cidade exige sua articulação com as demais áreas de intervenção. Nesse sentido, não é aconselhável separar a análise da distribuição de bens materiais e simbólicos daqueles estudos que tratam dos demais problemas sociais e econômicos. É preciso insistir no fato de que não se pode considerar os equipamentos culturais independentemente, por exemplo, dos problemas de segurança, limpeza, conservação urbana, iluminação, reabilitação de áreas abandonadas, redefinição do uso de vias públicas, diversidade de usos e organização das atividades econômicas. O exemplo de Bilbao é bastante ilustrativo do equívoco de se apostar todas as fichas na construção de um equipamento cultural de grande porte crendo que isto, por si só, traria a requalificação da área em questão.

Está claro o alto grau de ligação entre os diversos aspectos, não bastando a construção de belos equipamentos (ou o restauro de edifícios antigos com vistas a uma utilização cultural) sem se pensar no seu entorno e no leque de providências, não só no que tange as áreas de segurança e transporte, mas também na criação de motivadores secundários que reforcem a frequência ao equipamento principal. Mais ainda, se temos uma população que circula na região, seja por motivos de trabalho, seja por habitar nas proximidades, ela deve ser propulsora de ações que estimulem seu vínculo com os referidos equipamentos, garantindo a intensificação de seu uso, formas de apropriação e identidade que são fatores fundamentais de conservação e de manutenção desses espaços, ampliando seu sentido social.

No caso de São Paulo, já apontamos o extremo dinamismo da região central, o que torna incorreto o uso do termo revitalização. Trata-se, sim, de trazer de volta segmentos sociais que a abandonaram e atraí-los pela possibilidade de se ficar no centro (incluindo o morar), e não simplesmente passar por ele ou ir pontualmente a algum lugar e sair imediatamente. Sobre esta observação, as questões levantadas por Jacobs (2000) são aquelas que consideramos de maior pertinência do ponto

de vista urbanístico, pois são as que mais contribuem para uma proposta de se viver a cidade e, por conseqüência, dar vida a seus equipamentos.

O imperativo da “diversidade” tal como formulado por Jacobs, e de grande valia aqui, trata do perfil das atividades, das funções das edificações e da complexidade das redes comerciais e de serviços existentes na região em pauta. A presença da diversidade – já existente ou a ser estimulada por mecanismos previstos no projeto – é fundamental em qualquer processo de requalificação urbana que não queira reproduzir os equívocos de experiências realizadas mundo afora, que vêm sendo consideradas a salvação de áreas degradadas e copiadas de maneira acrítica. Entre esses equívocos, encontra-se o da gentrificação, ou seja, a segregação dos habitantes da área em foco. Em contraposição a isto, a boa qualidade do uso da cidade envolve múltiplos usos de uma área, diferenças de nível socioeconômico da população, dos tipos e idades das edificações (permitindo uma variedade arquitetônica que funciona como mais um antídoto à monotonia), variedade de etnias, de comércio etc. Toda essa mistura permite que a região seja usada e “vigiada” durante todo o dia. Esse funcionamento ininterrupto seria o dado fundamental de segurança; mais importante do que a polícia, pois é ele que gera o que autora chama de “proprietários naturais da rua”. Donos de padaria, lanchonetes, lojas, mercearias e outros pequenos serviços seriam os “olhos atentos”, mais eficientes do que a iluminação pública (Jacobs, 2000).

Outra variável a acentuar é a da educação que, como sabemos, é uma das principais fontes de construção de um capital cultural. Na falta de pesquisas abrangentes sobre as práticas culturais no Brasil, utilizamos resultados de pesquisas internacionais que apontam para questões que são aplicáveis ao nosso caso: um resultado comum a todas elas é que as práticas culturais “clássicas” (ir ao teatro, concertos, espetáculos de dança, museus etc.) são restritas aos segmentos mais escolarizados e de maior renda.

Daí a enorme preocupação com a “democratização da cultura”, considerada diretriz “obrigatória” de todas as políticas culturais implementadas pelos poderes públicos de grande parte dos países ocidentais, principalmente aqueles que têm um alinhamento com a política cultural francesa e

seu modelo de um ministério da cultura em nível nacional e organizações equivalentes em nível estadual e municipal, como é o nosso caso. Não é à toa, portanto, que essas pesquisas sobre práticas culturais tenham nascido na França e se espalhado pelo mundo desenvolvido. Embora muita coisa tenha evoluído, as políticas de democratização do acesso à cultura repousam, geralmente, sobre dois postulados implícitos: a cultura erudita é que merece ser difundida; e que basta o encontro entre a obra e o público – considerado de forma indiferenciada – para que haja uma adesão deste. Ou seja, tais iniciativas não consideram o contexto sociológico e as barreiras simbólicas que envolvem as práticas de natureza artística e cultural. Sempre se espera que, por meio de uma política “democrática” e bem engendrada (e com recursos financeiros), o acesso desse público à cultura e às artes estará garantido.

Na experiência francesa as pesquisas surgiram para responder a um problema para o qual os gestores não tinham resposta: por que, apesar da elevação dos níveis de escolaridade, menos pessoas freqüentavam museus, concertos ou teatros, por exemplo?¹⁵ Os resultados apontaram a desigualdade de acesso à cultura tradicional e o peso respectivo das variáveis sócio-demográficas, como nível de educação, profissão e localização domiciliar (diferenças entre Paris e província). As pesquisas posteriores revelaram que o acesso à cultura resulta das transmissões familiares: qualquer que seja a profissão do chefe da unidade familiar, basta que haja, por exemplo, um professor na família para que o acesso à cultura seja facilitado.

Até a pesquisa sobre práticas culturais, realizada em 1989, a proposta de democratização da cultura levava em conta fundamentalmente os obstáculos materiais a tais práticas. Por exemplo, a má distribuição ou ausência de espaços culturais e os preços muito altos seriam, segundo a opinião corrente,

15. Dessas pesquisas, realizadas a cada sete anos (2.000 entrevistados em 1973; 4.000 em 1981, 5.000 em 1989; 3.000 em 1997), derivaram os estudos específicos sobre os públicos das diferentes áreas artístico-culturais, aprofundando aspectos mais específicos. A periodicidade possibilitou uma análise serial e o questionamento das grandes estratégias políticas governamentais. Neste caso específico, um dos maiores aportes das sucessivas pesquisas foi o de colocar em xeque a hipótese de que o investimento feito havia promovido uma “democratização da cultura”, meta presente na maioria das políticas públicas implementadas em diversos países.

os entraves básicos a um maior consumo cultural. Os resultados da pesquisa contestaram essa suposição, mostrando que as barreiras simbólicas eram o fator preponderante, impedindo que novos segmentos da população tivessem acesso à oferta da cultura “clássica”. Em outras palavras, não é a redução de preços ou mesmo a gratuidade completa que alterará as desigualdades culturais. Ao contrário, a política de subvenção as reforça, uma vez que favorece a parte do público que já detém a informação cultural, as motivações e os meios de se cultivar. O mesmo fenômeno ocorreu com as casas de cultura: facilitaram as práticas do público já cultivado, mais do que conquistaram um novo público.

A pesquisa de 1989 na França – cujos resultados foram confirmados pela de 1997 – apontou que as práticas culturais (excluindo-se aquelas realizadas em âmbito doméstico e ligadas aos meios de comunicação de massa) continuam restritas a pouco mais do que 10% a 15% dos franceses. Mesmo com a duplicação do orçamento do Ministério da Cultura a partir de 1981 não se verificou a ampliação do público das práticas consideradas mais eruditas; o que terminou ocorrendo foi a sofisticação do consumo do público que já as cultivava.

Dois aspectos parecem fundamentais como conclusão desse longo parêntese. Em primeiro lugar, nenhuma política cujo lema seja a democratização do acesso à cultura poderá produzir resultados sensíveis se considerada isoladamente. As pesquisas demonstram claramente que o sistema escolar, embora não sendo o único determinante, é a ferramenta mais acessível para a construção de um capital cultural, abrindo também a porta de alimentação desse capital. No entanto, um segundo aspecto fundamental deve ser trazido à reflexão: as pesquisas francesas indicam que uma política de democratização do acesso à cultura – se conseguir ultrapassar as barreiras impostas pela origem social – tem de ser pensada no longo prazo, no espaço de pelo menos duas ou três gerações, pois o capital cultural requer tempo para ser acumulado e depende também da bagagem cultural herdada dos pais.

Considerando, portanto, o papel central das barreiras simbólicas para a democratização da cultura, qualquer projeto de requalificação do centro de São Paulo deve pensar estratégias para a

superação desse impasse maior. Tudo depende da condução de programas capazes de articular os dois setores (educação e cultura) de maneira a incluir e comprometer a população jovem residente na região central, como discutiremos no item 4 deste texto.

É necessário acentuar, ainda, a importância das políticas de mobilização da opinião pública, com efetivo empenho da administração municipal como um todo, pois é preciso usar intervenções pontuais de forma a interferir no conjunto da cidade. Como vimos no sucesso de Barcelona um aspecto diferencial foi tal mobilização, ao lado do fato de terem sabido articular com maior eficiência as questões políticas locais, nacionais e internacionais.

Por fim, cabe reiterar a idéia de que a cultura não é apenas “ornamento”. Existe uma gama de serviços e de comércio que atendem à produção artístico-cultural. Trata-se de um conjunto de atividades que não são comumente vistas como vinculadas à área cultural: as atividades econômicas de produção de artefatos e de equipamentos que permitem a sua existência e que compõem um campo específico de investigação: a economia da cultura.

Estas atividades de produção, de distribuição e comercialização compõem os diversos *clusters* vinculados às diversas atividades artísticas e culturais. No caso da música, este universo vai desde músicos e compositores ao comércio de discos e de material de áudio, passando pela fabricação e comercialização de instrumentos, de hardwares e softwares (para audição, composição, reprodução) e pela indústria fonográfica (estúdios, reprodução, fabrico de suportes etc.), bem como a edição e a comercialização de partituras, livros e material didático. Quanto ao livro/imprensa, o espectro inclui desde escritores e jornalistas às livrarias, bancas de jornal (pontos de venda em geral), bem como a indústria de impressão e edição. As artes plásticas incluem desde pintores, escultores, artesãos, gravadores, restauradores, passa por arquivos e museus e vai até a criação e a comercialização de obras de arte (galerias e espaços de exposição) e de materiais e equipamentos, como papéis, tintas, pincéis, bem como o restauro de obras, que exige, também, equipamentos sofisticados e específicos. O cinema, o rádio e a TV prevêem todo um conjunto que vai desde diretores de cinema e teatro, assistentes de direção, atores, operadores de câmara até a produção, a exibição e a venda/aluguel de

vídeos, bem como a fabricação e o comércio de equipamentos de cinema, rádio, TV e fotografia. Quanto às artes do espetáculo, o universo inclui os artistas, profissionais de cena, afinadores de instrumentos, coreógrafos, bailarinos, maestros, instrumentistas, cantores etc. até a gestão de espaços e agências de comercialização. Temos ainda atividades que podem ser qualificadas de técnico-criativas, como a arquitetura e o design, que têm, como as demais, toda uma cadeia de produção. Há também lazer e entretenimento, que inclui jardins botânicos e zoológicos, espetáculos esportivos, parques de recreação, jardins, feiras, pistas para skate, entre outros.

Para que se possa avaliar, portanto, o peso econômico do setor cultural seria necessário realizar estudos específicos do impacto da área sobre o conjunto das atividades produtivas e de serviços. Assim, pode-se verificar o impacto direto dos salários, despesas em bens e serviços, impostos e o impacto indireto, representado pelos efeitos gerados pela atividade cultural considerada. Para um espetáculo, por exemplo, os espectadores têm despesas que vão além da entrada (transporte, estacionamento, baby-sitter, restaurante, eventualmente hotelaria...) e que beneficiam outros setores que não o cultural¹⁶.

No caso do presente trabalho, parece mais produtivo, portanto, considerar todas as repercussões de um projeto cultural sobre o conjunto da sociedade: aumento de conhecimento, melhoria da capacidade de inovação, da produtividade, enriquecimento intelectual, conservação e desenvolvimento do patrimônio, incitação à criação, melhoria da qualidade de vida, diminuição da criminalidade e estímulo à visitação de caráter turístico.

16. Como exemplo de estudos de impacto podemos citar aquele feito pelo *The Port Authority of New York and New Jersey* como um dos mais bem sucedidos por sua metodologia e por seus resultados. Em 1982, as artes tinham um impacto direto de US\$ 5,6 bilhões sobre a região; geravam mais de US\$ 2 bilhões de ganhos individuais e mais de 117 mil empregos; traziam perto de US\$ 150 milhões em taxas e impostos. A economia regional se beneficiava, graças às artes, de um aporte exterior da ordem de US\$ 1,6 bilhão (PA, 1983). Da mesma forma, o Conselho de Artes do Canadá realizou um estudo em 1980, que mostra que as artes teriam representado o 11º setor de atividade da economia canadense em termos monetários, o 4º em emprego (146 mil) e o 6º em massa salarial (2,3 bilhões de dólares canadenses); o que equivalia a 2,4% do PIB (CAC, 1982).

Feitas tais observações que definem as coordenadas gerais do problema da revalorização de regiões centrais das cidades, cabe analisar a questão de São Paulo e as condições de partida para a proposição de políticas nessa direção. Para isso, começemos com um olhar sobre os equipamentos culturais na região central, apresentados em conexão com outras variáveis relevantes para o nosso estudo.

3. Os equipamentos culturais: um olhar sobre a região central

Embora o poder público ainda se mostre incapaz de responder às demandas potenciais por esse tipo de equipamento em certas zonas da cidade, a região central¹⁷ é uma das boas exceções. Há algumas disparidades, como a quase absoluta ausência de alguns desses equipamentos nos distritos Cambuci, Pari e Brás (o lado leste do centro), mas trata-se de uma das regiões mais bem servidas por equipamentos culturais (ver tabela 1 e o mapa 1).

Dada a formação histórica da cidade, não surpreende que tais equipamentos se concentrem na região central. De um lado, acompanharam o desenvolvimento de São Paulo; de outro, foram construídos em função de demandas dos setores já mais habituados ao consumo de cultura, os quais estão bem representados exatamente no centro, em sua vertente a oeste, em consonância com os níveis de renda e de escolaridade da região. O bairro do Pacaembu, por exemplo, é uma região residencial de alto padrão econômico e com um número expressivo de equipamentos culturais, enquanto o eixo da avenida do Estado, nos distritos Bom Retiro e Cambuci, é uma área de baixa renda e de antiga concentração de atividades industriais e atacadistas, agora em processo de esvaziamento (Comin *et al.* 2002).

17. Lembramos que região central, neste texto, é entendida como a subprefeitura da Sé (distritos Sé, República, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Cambuci, Santa Cecília e Bom Retiro) somada aos distritos Pari e Brás.

TABELA 1

Total de equipamentos culturais e concentração na região central em relação ao município de São Paulo

Equipamento	Município	Centro	Concentração (%)
Biblioteca	348	120	34,5
Casa de cultura / Oficina cultural	20	1	5,0
CDM	136	5	3,7
Centro cultural	40	18	45,0
Cinema	60	19	31,7
Escola de samba	107	10	9,3
Museu	110	37	33,6
Unidade do SESC	16	4	25,0
Shopping Center	52	8	15,4
Teatro	157	79	50,3
Patrimônio tombado	139	77	55,4

Fonte: CEM/CEBRAP

Outra característica relevante do centro diz respeito ao relativo envelhecimento de sua população e à localização por renda média. Comin *et al.* (2002) aponta que quase todos os locais com população residente de idade mais elevada (Consolação, Bela Vista ao longo da avenida Paulista¹⁸ e Aclimação) apresentam um quadro em que a renda do chefe de domicílio é também mais alta. Tais locais são aqueles cuja vizinhança com equipamentos culturais é maior. Já os distritos Santa Cecília, República e Bela Vista (ao longo da rua Augusta) e centro do distrito Liberdade apresentam principalmente setores censitários com renda média, enquanto Sé, Bom Retiro, norte do distrito Liberdade e Cambuci têm

18. A avenida Paulista merece destaque pelo significativo número de equipamentos ao longo de sua extensão e em seus arredores. Como neste texto denominamos região central a área formada pelos dez distritos, deve-se estar atento ao fato de que a região da avenida Paulista tem um peso substancial na contagem total dos equipamentos e também à já mencionada heterogeneidade da região.

elevada incidência de chefes de domicílios de baixa renda. Em contrapartida, há maiores proporções de jovens no eixo da avenida Nove de Julho e em parte dos distritos Liberdade, Sé e Bom Retiro, o que apontaria para alguma renovação demográfica. Esta população mais jovem nestes locais é, sobretudo, de média e baixa renda, reiterando a heterogeneidade da região central (Comin *et al.*, 2002).

Os distritos centrais são os mais bem servidos em matéria de transporte público, especialmente quanto às linhas do metrô, que “acompanham” a maioria dos equipamentos, seguindo do centro em direção à região oeste (onde estão um trecho da linha vermelha, leste-oeste, e um trecho da verde, Vila Madalena-Oratório). Isto beneficia os equipamentos já existentes e consolida a distribuição anterior à modernização dos transportes. Ademais, verifica-se que a instalação de equipamentos privados mais antigos também acompanhou a existência de equipamentos públicos, o que se pode explicar pela população que habita e/ou frequenta estas regiões e pela importância que a região central tinha na vida da cidade.

Para efeito de maior precisão, passemos agora para uma breve descrição da distribuição dos equipamentos culturais na região central de São Paulo, destacando algumas concentrações em certos distritos, como mostram a tabela 2 e o mapa 1.

Entre os equipamentos culturais ditos clássicos, o **teatro** (aqui somado às salas de concerto) é aquele que apresenta maior concentração na região central. Dos 157 no município, 79 (50,3%) estão no centro. Os distritos Bela Vista e República são aqueles com a maior incidência: 24 teatros em cada um deles, o que, somados, equivalem a 30,6% dos teatros de todo o município. Ressalte-se que, dos 24 teatros do distrito Bela Vista, nove estão na região da avenida Paulista. O distrito Sé, por sua vez, apresenta apenas um teatro.

Os teatros apresentam concentração na região do distrito Bela Vista em direção ao distrito República. No primeiro, estão distribuídos numa área que comporta a avenida Brigadeiro Luís Antonio, a rua Major Diogo e a rua Rui Barbosa (depois rua João Passaláqua), onde estão, por exemplo, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), o Sergio Cardoso, o Bibi Ferreira e o Oficina. No distrito República, o aglomerado de teatros está na região da praça Franklin Roosevelt e ao longo da rua Rego Freitas, onde

TABELA 2
Número de equipamentos culturais por distrito e concentração (em %) em relação ao município de São Paulo

Equipamento	Distritos da região central																				
	Sé		República		Consolação		Bela Vista		Sta. Cecília		Bom Retiro		Cambuci		Liberdade		Pari		Brás		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Biblioteca	25	7,2	22	6,3	24	6,9	24	6,9	6	1,7	6	1,7	0	0	10	2,9	2	0,6	1	0,3	
Casa de cult./ Oficina cult.	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
CDM	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2,2	0	0	0	0	2	1,5	0	0,0	
Centro cultural	5	12,5	1	2,5	3	7,5	7	18	1	2,5	0	0	0	0	1	2,5	0	0	0	0,0	
Cinema	1	1,7	5	8,3	7	11,7	4	6,7	0	0	0	0	0	0	1	1,7	1	1,7	0	0,0	
Escola de samba	0	0,0	1	0,9	1	0,9	1	0,9	3	2,8	1	0,9	1	1	1	0,9	1	0,9	0	0,0	
Museu	11	10,0	1	0,9	10	9,1	5	4,5	0	0	5	4,5	1	1	2	1,8	2	1,8	0	0,0	
Unidade do SESC	1	6,3	1	6,3	1	6,3	1	6,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	
Shopping Center	1	1,9	1	1,9	2	3,8	2	3,8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,9	1	1,9	
Teatro	1	0,6	24	15	14	8,9	24	15	8	5,1	5	3,2	0	0	3	1,9	0	0	0	0,0	
Patrimônio tombado	19	13,7	10	7,2	18	12,9	10	7,2	6	4,3	10	7,2	0	0	2	1,4	0	0	2	1,4	

Fonte: CEM/CEBRAP

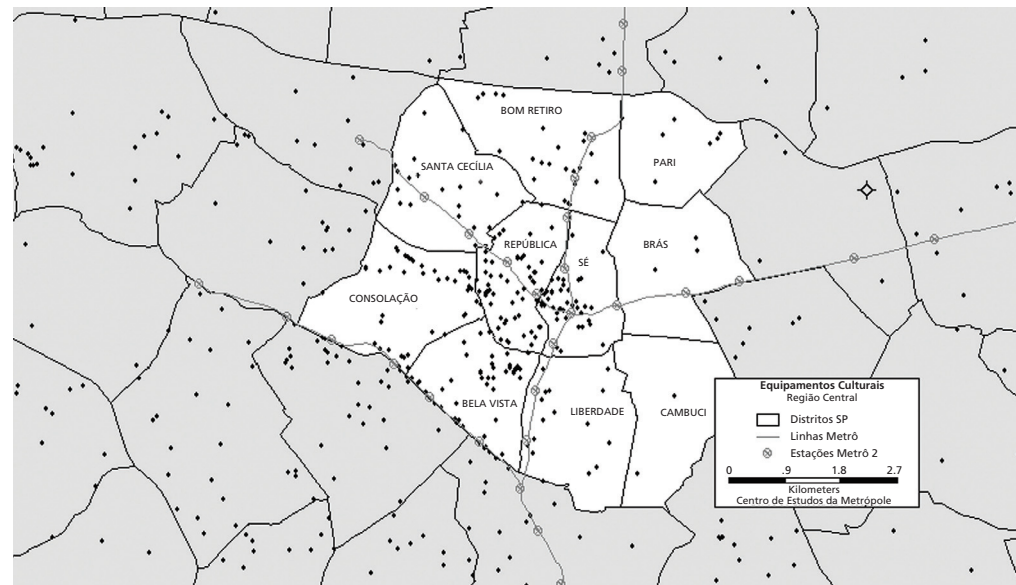
estão, por exemplo, o Cultura Artística e o teatro de Arena. Salta aos olhos a quase total ausência deste tipo de equipamento na parte leste da região central. São apenas dois, no distrito da Liberdade. Veremos a seguir que isto se repete em relação à maioria dos equipamentos.

Os **centros culturais**¹⁹ apresentam considerável concentração na região central. São 18 do total de 40 espalhados pelo município, ou seja, 45%. No entanto é necessário destacar que, deste

19. Consideramos Centros Culturais aqueles equipamentos que apresentam alguma diversidade na oferta de atividades e de espaços, ou seja, que possuem em sua programação atividades características de outros equipamentos, como exposições, exhibições de filmes, espetáculos teatrais, apresentações musicais etc.

total, sete estão na região da avenida Paulista (distrito Bela Vista), formando a maior concentração do município. Ali estão, entre outros, o Centro Cultural Fiesp, a Casa das Rosas e o Itaú Cultural. A ocorrência de cinco deles no distrito Sé (onde está o Centro Cultural Banco do Brasil) e de apenas um na República também chama a atenção, assim como o único equipamento deste tipo no distrito Liberdade: o importante Centro Cultural São Paulo.

MAPA 1
Equipamentos culturais na região central de São Paulo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CEM/Cebrap.

Observe-se que na região há também quatro unidades do SESC (o mais recente, localizado na rua 24 de Maio) e uma oficina cultural no Bom Retiro – o que faz sentido, já que a sua alocação privilegia as regiões mais carentes de equipamentos culturais.

Das 348 **bibliotecas** do município, 120 (34,5%) estão na região central. Deste número, os distritos Sé (com 25), República (com 22, entre elas a Biblioteca Mário de Andrade, a segunda do país em importância), Consolação (com 24) e Bela Vista (24) são os mais representativos. As universidades, faculdades e escolas são responsáveis por alguns aglomerados de bibliotecas. Isto acontece no distrito Consolação, na região de Higienópolis/Vila Buarque e na região do metrô Clínicas. Destaque-se também as 17 bibliotecas ao longo de toda a avenida Paulista e arredores. No distrito Bom Retiro, a região que vai do metrô Luz aos arredores do metrô Tiradentes também apresenta algumas ocorrências de bibliotecas.

Cabe explicar que, além das bibliotecas públicas (aquelas mantidas pelo poder público), esta descrição abrange as bibliotecas de caráter privado que são abertas à consulta do público. Estas últimas pertencem a faculdades, empresas, arquivos e outras instituições de natureza privada, como o Arquivo Histórico Judaico, a Academia Paulista de Letras e a Bolsa de Valores de São Paulo, por exemplo.

Dos 110 **museus** e casas históricas do município, 37 estão na região central (representando 33,6% do total). Os distritos Sé, com 11 equipamentos, e Consolação, com 10, são os mais significativos. Pelo menos quatro dos mais importantes museus de arte se localizam na região: Pinacoteca do Estado e Museu de Arte Sacra, ambos no distrito Bom Retiro, MASP (unidade centro e sede na avenida Paulista) e Museu de Arte Brasileira (FAAP). Temos ainda, em Higienópolis, uma pequena unidade do MAM. Os outros são menores, muitas vezes vinculados a coleções de arte de empresas, como é o caso do Museu do Banespa, outros ligados à história da cidade (Padre Anchieta e Museu da Cidade), outros ligados a instituições (Museu da Polícia Militar, Museu da Santa Casa de SP), à imigração ou a um bairro, como o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil e o Museu da Memória do Bexiga. Estes são apenas exemplos que demonstram a diversidade dos museus existentes e cujo interesse se vincula a uma diversidade de públicos.

Dos 60 **cinemas** do município, 19 estão na região central, representando 31,7% do total. Contudo, é necessário fazer duas observações.

A primeira delas diz respeito ao número de salas de exibição que cada cinema possui. Se aqueles cinemas com fachada voltada para a rua (em geral mais antigos, com grande capacidade de público e localizados fora de shopping centers) normalmente abrigam uma ou duas salas de exibição, aqueles localizados em shoppings chegam a ter mais de dez salas. Neste sentido, se contabilizarmos o número de salas de exibição, encontramos 239 em todo o município, sendo 59 na região central. Este número mostra que 24,7% das salas de cinema do município estão no centro, enquanto 31,7% do total de cinemas do município estão nesta região. Esta diferença evidencia o peso dos cinemas de shopping no restante do município e o peso dos cinemas com fachada para a rua na região central, onde há apenas três ocorrências de cinemas em shoppings centers (Frei Caneca Unibanco Arteplex e Pátio Higienópolis, no distrito Consolação, e Shopping D, no Pari). Nesta região, especialmente no distrito República, resistem alguns tradicionais cinemas de fachada para a rua, fora os que se transformaram em cines pornôs. Lembremos que os cinemas fechados ou que realizam projeções em vídeo não são contemplados nesta descrição.

A segunda observação a ser feita concerne à concentração de nove cinemas (dos 19 da região central) no corredor da avenida Paulista, tanto no trecho do distrito Consolação como no Bela Vista. No distrito Consolação, que tem a maior concentração do município, e no Bela Vista, a predominância é de cinemas de fachada para a rua e em galerias. Nestes distritos estão os importantes cinemas do Conjunto Nacional, o Belas-Artes, o Top Cine, colado ao prédio da Gazeta, e o Espaço Unibanco.

É interessante ressaltar também a distribuição das 107 **escolas de samba**, presentes em todas as regiões da cidade. No centro, elas são dez, dado significativo, mas que não devemos superestimar em sua ação cultural mais ampla, uma vez que, ao contrário do que acontece no Rio de Janeiro, elas não vêm cumprindo um papel relevante de formação e de recreação de jovens das comunidades onde estão inseridas. No entanto, dada a importância do carnaval e seu poder de atração, tal papel pode e deve ser estimulado. A preocupação em rentabilizar os equipamentos já existentes na

cidade – e a possibilidade de transformá-los em espaços de utilização múltipla – nos leva a considerar a existência e a distribuição dos **Centros Desportivos Municipais** (CDMs) (136 em todo o município). Estes estão relativamente bem distribuídos nas regiões mais periféricas e sua gestão é partilhada com a comunidade. Temos cinco deles na região central: três no Bom Retiro e dois no Pari. Levando em consideração tudo o que foi dito sobre a heterogeneidade da população da região central, é importante considerar tais equipamentos de uso multifuncional, que permitiriam a ampliação do atendimento, do ponto de vista cultural, à população desfavorecida residente na região central.

A região central da cidade comporta mais da metade dos **patrimônios tombados** do município (55,4%), ou 77 dos 139 contabilizados. Esse resultado não surpreende, pois acompanha a história da cidade. Os distritos Sé, com 19 tombamentos, e Consolação, com 18, apresentam as maiores concentrações. No primeiro, pode-se destacar os arredores da estação de metrô Sé até a estação Anhangabaú. Na Consolação, ao longo da rua Maria Antônia e da avenida Higienópolis.

Embora ainda não mencionadas, a zona central conta com **feiras de artesanato-“industrianato” e antiguidades**, que têm o mérito de atrair pessoas para a região nos fins de semana, funcionando geralmente aos domingos. Elas têm uma clientela cativa (muitas vezes outros negociantes), como é o caso da Feira da Praça D. Orione, no Bexiga, misto de antiguidades com “objetos usados”. A da Liberdade tem o caráter de feira de artesanato, misturado com objetos já não tão artesanais (daí o termo industrianato), muita comida típica oriental e baiana. Também a Feira de Artesanato da Praça da República continua atraindo turistas, apesar de já ter vivido melhores dias. É a maior das feiras da região: tem objetos, vestuário, jóias, pedras brasileiras, artesanato em madeira, tecido, artes manuais (tricô, crochê, bordados), comida típica e muitas artes plásticas. Há também a Feira de Antiguidades no vão livre do MASP (na avenida Paulista), de comércio em antiguidades e freqüentada por colecionadores e clientela menos popular. Finalmente há que mencionar uma “feira” totalmente informal (é mais um camelódromo) que se instala nas calçadas das ruas General Jardim, Rego Freitas, Marquês de Itu, Aurora e em dois estacionamentos da Praça da República e Aurora, nos fins-de-semana. Este comércio é especializado em materiais de artes plásticas e é muito freqüentada.

No domingo, ela aparentemente se confunde com a feira da Praça da República, como se fosse uma extensão desta. Seria interessante que a prefeitura estimulasse a melhoria dessas feiras, tanto no sentido da organização quanto da qualidade e da variedade de produtos, mediante linhas de apoio específicas. No último caso mencionado, o do “camelódromo de arte”, seria interessante a possibilidade de regularizar e instalar esse comércio informal.

O **circuito grandes galerias** é composto por duas galerias na rua 24 de Maio, no distrito República, que concentram dezenas de lojas de disco de diversos gêneros musicais associados ao público jovem, entre eles estão a música eletrônica, as diferentes vertentes do rock, reggae e hip-hop. Estas duas galerias servem de ponto de encontro para os apreciadores destes gêneros musicais, em grande parte jovens de todas as partes da grande São Paulo. Eles se reúnem especialmente aos sábados. Com a instalação de equipamentos importantes nas proximidades, inclusive a Secretaria Municipal da Cultura (e suas respectivas escolas de Bailado e de Música), desenvolver uma programação que inclua esse público das galerias é uma possibilidade que não deve ser desprezada.



Além de ser bem servida de equipamentos culturais, como visto na descrição anterior, a região central se beneficia da presença de equipamentos de grande porte que se localizam em bairros vizinhos, como é o caso, por exemplo, do Memorial da América Latina (com auditórios, museu e biblioteca), a três estações de metrô República.

É importante considerar esta proximidade de equipamentos, na medida em que proporciona, em termos de frequência, um efeito de acúmulo: quanto mais equipamentos existirem na vizinhança, mais se estimula a escolha por uma região devido à quantidade de opções disponível. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da gestão dos próprios equipamentos, essa proximidade também estimula uma concorrência, por um lado, e uma complementaridade, de outro. Isso se verifica no centro do Rio de Janeiro, onde os diversos centros culturais (Banco do Brasil, Correios, Casa França-Brasil, Paço

Imperial) e museus (Belas Artes, Histórico Nacional e Arte Moderna) vêm fazendo, por vezes, experiências de uma programação complementar (períodos diversos, artistas nacionais ou estrangeiros, palestras e seminários etc.). Deste modo, o público pode passar por todos eles e aproveitar uma trajetória integrada desta programação. O melhor exemplo foi o grande evento Mostra Rio Gravura – 2000 (com curadoria do artista Rubens Grilo), momento em que até o tráfego foi fechado em parte da região central, permitindo apresentações de rua de grupos artísticos variados e facilitando a circulação dos pedestres pelas vias normalmente ocupadas pelos automóveis.

No caso de São Paulo, apesar do aspecto decadente de algumas das regiões mais antigas do centro, o que é reforçado pelo número excessivo de vendedores ambulantes nas calçadas, somos surpreendidos pelo volume e pela qualidade dos investimentos realizados na zona central do município nos últimos 12 anos. No exame, verificam-se as seguintes intervenções urbanas: o restauro da Pinacoteca e do Theatro S. Pedro; o revigoramento do Museu de Arte Sacra; a reurbanização do Largo de S. Bento; o restauro e a iluminação da fachada do Mosteiro; a recuperação do Pátio do Colégio; a reforma e a iluminação dos viadutos do Chá e Sta. Ifigênia; a recuperação e manutenção dos jardins e fontes do Vale do Anhangabaú e da Praça Ramos de Azevedo e, nesta, a restauração do monumento a Carlos Gomes. Temos ainda: a recente inauguração do novo pórtico da Praça Patriarca e do MASP Centro, instalado na Galeria Prestes Maia; o Complexo Cultural Júlio Prestes, que abriga a Sala São Paulo; o Museu do Imaginário Brasileiro e o Memorial do Cárcere, ambos no prédio do antigo DOPS, agora restaurado; a Universidade Livre de Música; o Centro Cultural Banco do Brasil; o Teatro Abril; o restauro em andamento da Estação da Luz, que irá abrigar projetos de natureza cultural, e o restauro da Catedral da Sé, dentre outros investimentos.

Também o Shopping Light, o novo edifício da Bolsa de Mercadorias e Futuros, a instalação de unidades universitárias, o investimento na iluminação de edifícios importantes, como Itália, Banespa, Teatro Municipal, Correios, Bovespa etc, sugerem que o processo de revalorização da zona central já se beneficiou de muitos investimentos advindos tanto dos poderes públicos quanto dos interesses privados, contando com a participação de associações e de ONGs. Grandes hotéis também estão

sendo construídos (Mercure), estão em lançamento (Formule 1) ou em reforma (Jaraguá, que abrigará um teatro e um centro de convenções).

Outros movimentos, que terão repercussão em curto prazo no setor cultural, estão sendo feitos. O mais notório é a instalação da Secretaria Municipal de Cultura no Largo do Paissandu, no edifício de 23 andares do antigo Cine Olido (esquina de São João com D. José Gaspar). Essa transferência da secretaria implica também a criação de espaços que abrigarão a Orquestra Sinfônica Municipal, a Orquestra Experimental de Repertório, o Balé da Cidade, as escolas de Música e de Bailado, uma biblioteca, uma videoteca e um cybercafé. O espaço que abrigava o cinema será uma nova sala de concertos.

A ausência de uma conjunção ampla de esforços seria, neste sentido, uma hipótese plausível para explicar porque, haja vista a quantidade de investimentos na área da cultura feitos na zona central nos últimos anos, isso ainda não tenha se refletido numa reversão sensível do processo de decadência da região. O panorama da distribuição dos equipamentos culturais sugere que a rentabilização do uso dos espaços existentes e dos novos certamente contribuiria para o desenvolvimento econômico da região, já que as contribuições se revertem, do ponto de vista econômico, mais diretamente para os outros setores (alimentação, hotelaria, comércio de natureza diversa) do que para o próprio setor cultural.

Se, primeiramente, apresentamos os aspectos específicos do universo cultural, é preciso insistir no fato de que eles estão diretamente relacionados com aqueles que se referem aos problemas de infra-estrutura e de reabilitação de áreas abandonadas, redefinição do uso de vias públicas, qualidade de manutenção de equipamentos, diversidade de usos, organização das atividades econômicas. Como observamos na comparação com Bilbao, a experiência do Complexo Cultural São Paulo (Estação Júlio Prestes) demonstra a necessidade de se trabalhar o entorno, não exclusivamente do ponto de vista da cultura, mas sim da infra-estrutura urbana. Sem contar que isto fortaleceria sobremaneira o “potencial turístico do centro histórico”.

Vale a pena insistir que a demanda pelos equipamentos não é natural, espontânea, e que o uso dos espaços quase sempre depende de estímulos gerados por políticas específicas, envolvendo a área da educação, as quais muitas vezes são esquecidas nos esforços de planejamento. Pensar a

revitalização da região exige o comprometimento daqueles que aí vivem e circulam – com especial ênfase para o que aí se faz presente em função da rede escolar – e também políticas para lidar com a heterogeneidade da população da região.

Uma coisa é evidente: a quantidade de equipamentos culturais é significativa e, funcionando de forma articulada, pode ser vista como um *plus* que nenhuma outra região da cidade tem. Portanto, a questão não é a falta de bons e/ou belos equipamentos culturais na região central. Tudo indica que os problemas estão além de investimentos específicos da área de cultura, sejam eles municipais, estaduais ou privados. Os problemas estão mais no tratamento integrado da região. Ter o centro funcionando 24 horas por dia não depende exclusivamente dos equipamentos culturais ali existentes, mas de uma conjugação de múltiplos usos, múltiplos usuários e públicos, múltiplos serviços (Jacobs, 2000). Ou seja, atrações que se complementem estimulando o uso intensivo de uma região que concentra uma carga simbólica ainda presente na memória da população da cidade. Se isso se tornar possível, mesmo os equipamentos culturais existentes podem ampliar seu raio de atuação, ampliando seus horários de funcionamento e o espectro de programação e atingindo públicos mais diversificados.

4. A REVALORIZAÇÃO COMO FORMA DE SE DESENVOLVER UMA POLÍTICA CULTURAL ESPECÍFICA PARA A REGIÃO CENTRAL

Sem dúvida, ao se dar uma atenção privilegiada à formulação de uma política cultural específica dentro do projeto de requalificação da região central da cidade, o benefício incidirá sobre a população como um todo. Para fazer face a esse desafio a agência responsável pela condução do projeto deveria poder contar com uma comissão específica para esse fim, composta pelos representantes das instituições de cultura e de turismo diretamente interessadas na região, representantes de associações ou ONGs atentas à questão cultural, bem como empresários e agentes do setor turístico. Desta forma a prefeitura poderá melhor compartilhar a tarefa de promover a redescoberta e a revalorização do centro da cidade de São Paulo.

Além de todo o trabalho de sensibilização necessário para se agregar os organismos mencionados, é necessário um investimento programado e contínuo na divulgação e no envolvimento da população como um todo, sobretudo aquela que tem uma relação cotidiana com a área, ou seja: seus habitantes, aqueles que ali trabalham, estudam ou simplesmente passam (e não ficam). É fundamental o comprometimento efetivo das instituições localizadas na região para formular e implementar uma política conjunta que esteja acima das divisões políticas e administrativas. Diferentemente das experiências internacionais examinadas anteriormente, que têm uma relativa homogeneidade quanto à propriedade de equipamentos, o centro de São Paulo tem importantes equipamentos culturais que pertencem às diversas instâncias da administração: federal (centros culturais dos Correios, da CEF, do BB etc.), estadual (Complexo Cultural Júlio Prestes, Pinacoteca etc.), municipal (Teatro, Biblioteca Mário de Andrade etc.) e privada (Teatro Cultura Artística, unidade MASP, SESC etc.). Essas instituições podem, de forma articulada com a prefeitura, trazer benefícios para dinamizar a presença de pessoas na região.

Do mesmo modo, pensando na função estratégica da educação e nos alunos como público potencial, fizemos o levantamento da rede escolar existente e da rede de instituições de ensino superior (IES). Pelo fato de serem equipamentos muitas vezes multifuncionais (contando com auditórios etc.), pode-se propor políticas conjuntas que estimulem não só a frequência e a valorização desses equipamentos, como também a participação da população local nas decisões referentes à requalificação da região. O trabalho nas escolas pode se dar não só em termos de visitação e fruição dos equipamentos, como pode ser desenvolvido de maneira participativa, usando a região como tema em sala de aula. Esse trabalho tem a vantagem de criar vínculo e intimidade entre a população, a região e seus equipamentos, o que geralmente interfere também no comportamento dos familiares, estimulando-os a frequent -los.

As 29 IES, com cerca de cem mil alunos na região central, devem ser integradas de forma efetiva ao projeto. Isso trará resultados tanto do ponto de vista da divulgação das a oes implementadas como da participação da população, já que se trata de um importante público potencial de equipamentos

culturais e de comércios já instalados, como sebos e livrarias, e daqueles que são estimulados a se estabelecer, como bares, cafés etc (ver tabela 3).

TABELA 3

Número de alunos e de instituições de ensino superior na região central do município de São Paulo *

Distrito	Nº de alunos	% alunos	Nº instituições
Bela Vista	14.652	15,1	6
Bom Retiro	5.600	5,8	1
Brás**	11.600	12,0	1
Consolação	47.526	49,1	9
Liberdade	6.225	6,4	3
República	1.300	1,3	2
Santa Cecília	5.930	6,1	2
Sé	3.890	4,0	5
Total	96.723	100,0	29

Fonte: CEM/CEBRAP

* A FMU, no distrito Sé, e a Uniban, no Santa Cecília, não autorizaram o fornecimento do número total de seus alunos até a conclusão deste texto.

**Consideramos pertinente contabilizar a Universidade Anhembi-Morumbi como sendo do distrito Brás, apesar de ela estar no lado Mooca da linha divisória entre esses dois distritos.

Parceiros fundamentais são também as Secretarias de Educação do Município e do Estado: a rede escolar existente (com 54 escolas públicas) é expressiva e congrega, incluindo as escolas privadas (123), cerca de 110 mil alunos, desde o ensino infantil até o médio, além do ensino voltado para jovens e adultos (supletivo), como se vê nas tabelas 4 e 5 a seguir.

Podemos dizer que esses alunos, ainda em formação, têm uma característica extremamente importante do ponto de vista do projeto, pois, diferentemente daqueles da rede de ensino superior, estes são, em princípio, residentes na região. Ou seja, o envolvimento desses jovens, por meio do próprio trabalho curricular (história, geografia, estudos sociais, educação patrimonial e ambiental) ou mediante programas especialmente desenvolvidos para eles pelos diversos equipamentos culturais da região central, são aqueles que mais podem contribuir para a valorização e a conservação dos marcos simbólicos e históricos existentes na região. Oferecer visitas guiadas, bem como cursos especialmente

TABELA 4

Escolas públicas: número de alunos por nível escolar e por distritos e número de escolas na região central do município de São Paulo

Distrito	ALEI	AL1A4	AL5A8	ALEM	JOV/ADU	Total	%	Nº escolas
Bela Vista	524	1.286	2.348	941	1.613	6.712	12,6	4
Bom Retiro	1.008	1.763	0	617	601	3.989	7,5	6
Brás	686	2.144	1.987	1.982	589	7.388	13,9	9
Cambuci	902	1.028	875	0	684	3.489	6,6	8
Consolação	813	1.058	1.314	1.272	408	4.865	9,2	4
Liberdade	0	1.703	2.044	1.741	381	5.869	11,1	4
Pari	515	839	1.240	1.935	597	5.126	9,7	5
República	1.029	937	0	0	0	1.966	3,7	5
Santa Cecília	390	1.555	3.589	2.909	663	9.106	17,2	7
Sé	0	712	1.230	1.667	946	4.555	8,6	2
Total	5.867	13.025	14.627	13.064	6.482	53.065	100,0	54

Fonte: CENSO ESCOLAR 2001; Elaboração: CEM/CEBRAP

Nota: ALEI (alunos de Ensino Infantil), AL1A4 (alunos de 1ª a 4ª séries), AL5A8 (alunos de 5ª a 8ª séries), ALEM (alunos de Ensino Médio), JOV/ADU (alunos de ensino para jovens e adultos fora da idade regular).

pensados a partir do projeto de requalificação do centro a ser fornecido pelas escolas, universidades, museus e centros culturais, cada um dentro de sua perspectiva particular, são ações das mais simples a sugerir. Com certeza, muitas outras surgirão a partir das discussões conjuntas. É fundamental, nesse sentido, criar e fomentar o interesse dos jovens pela região como elemento decisivo para a continuidade do processo de reabilitação do centro.

É essencial também a parceria com associações privadas, como a “Viva o Centro”, que tem uma experiência na área por meio de suas atividades regulares e descentralizadas, as quais podem ser um instrumento de apoio à ação do poder público na aferição das necessidades de cada lugar e na articulação das providências administrativas²⁰.

TABELA 5

Escolas privadas: número de alunos por nível escolar e por distritos e número de escolas na região central do município de São Paulo

Distrito	ALEI	AL1A4	AL5A8	ALEM	JOV/ADU	Total	%	Nº escolas
Bela Vista	1.417	470	480	1.187	0	3.554	7,2	17
Bom Retiro	1.147	1.042	921	2.144	587	5.841	11,8	15
Brás	108	0	0	0	33	141	0,3	2
Cambuci	455	771	851	784	101	2.962	6,0	11
Consolação	1.880	2.390	3.132	3.491	136	11.029	22,3	21
Liberdade	1.121	1.021	1.022	1.671	798	5.633	11,4	20
Pari	865	1.579	1.812	1.184	0	5.440	11,0	8
República	0	0	0	0	2.381	2.381	4,8	3
Santa Cecília	1.825	1.755	2.004	1.634	2.757	9.975	20,2	19
Sé	183	554	692	726	257	2.412	4,9	7
Total	9.001	9.582	10.914	12.821	7.050	49.368	100,0	123

Fonte: CENSO ESCOLAR 2001; Elaboração: CEM/CEBRAP

Nota: ALEI (alunos de Ensino Infantil), AL1A4 (alunos de 1ª a 4ª séries), AL5A8 (alunos de 5ª a 8ª séries), ALEM (alunos de Ensino Médio), JOV/ADU (alunos de ensino para jovens e adultos fora da idade regular).

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico da região há que se pensar na possibilidade de estimular, por meio da legislação de benefício fiscal e com parcerias como o SEBRAE, a instalação de comércios diferenciados em regiões estratégicas (próximas às escolas, às faculdades, aos teatros e às salas de concerto), como livrarias, comércio musical (discos, partituras, instrumentos, acessórios etc.)²¹, cafés e restaurantes.

Os sebos e as livrarias compõem um outro nicho que merece atenção, especialmente por estarem concentrados nos distritos Sé – com a presença de sebos voltados para a área jurídica, próximos à Faculdade de Direito da USP – e República, onde algumas livrarias tradicionais da cidade ainda resistem (e atraem sua clientela cativa), como a Duas Cidades e a Francesa.²² Com esse movimento de instituições da administração municipal de volta ao centro, em que se incluem as escolas de artes, a instalação de novas unidades de entidades como o SESC, a instalação de unidades de universidades privadas, como a Anhembi-Morumbi, pode-se apostar que esses distritos da região central serão extremamente atrativos do ponto de vista comercial.

20. Por meio do Programa Ação Local, coordenado pela Associação Viva o Centro, cerca de duas mil pessoas reúnem-se em 44 associações denominadas Ações Locais. Cada uma responde por uma ou mais ruas ou praças. Em sua área de atuação, o núcleo fiscaliza as condições de equipamentos e serviços coletivos, o uso e a segurança do espaço público. Com o apoio da Viva o Centro, encaminham problemas aos órgãos públicos nas esferas municipal, estadual ou federal cobrando-lhes providências. Informações obtidas no www.vivaocentro.org.br.

21. Por exemplo, a FMU e a Secretaria de Estado da Cultura têm unidades de ensino musical próximas ao limite dos distritos República e Bom Retiro. Se considerarmos ainda a Sala São Paulo, também dedicada à música, e os museus próximos, a região parece merecer o incentivo a um comércio especializado que atenda a este público potencial. O Bom Retiro conta ainda com a TV Cultura, a FATEC, o Liceu de Artes e Ofícios, dentre outras instituições de natureza diversificada e que contribuem para essa clientela potencial de serviços culturais.

22. No distrito Sé, os sebos e livrarias estão localizados principalmente nas ruas Álvares Machado, Rodrigo Silva, Riachuelo, Quintino Bocaiúva, Senador Feijó, São Bento e Direita, na área que vai da estação Liberdade do metrô à São Bento e da estação Sé até a Anhangabaú. No distrito República, estão em sua maioria no quadrilátero formado pela Praça da República, avenida São João, Conselheiro Crispiniano (pegando trecho da Xavier de Toledo) e avenida São Luís.

CONCLUSÃO

Considerando o papel de uma política cultural capaz de contribuir para a revalorização da região central da cidade de São Paulo, nosso estudo aponta para as seguintes observações:

- Seria proveitosa a criação de uma comissão responsável pela formulação de uma política cultural para o centro, que coordenasse e acompanhasse as ações específicas da área.
- A instalação de novos equipamentos culturais não é ação prioritária, dado que a região central está relativamente bem servida deles; a questão é incrementar o seu uso, tendo em vista dois objetivos: beneficiar a população com o exercício da atividade cultural precípua conduzida em cada equipamento (teatro, museu, centro cultural etc.) e fazer deste incremento um fator de desenvolvimento da qualidade de vida da região e de seu dinamismo econômico.
- Para a consecução de tais benefícios, é necessário pensar a política cultural de forma integrada a outras providências que envolvem segurança, obras de infra-estrutura urbana, transporte, limpeza etc.
- Nesta integração, o setor prioritário de parceria é o da educação, tendo em vista as observações feitas quanto à relação entre consumo cultural e escolaridade – aqui, a educação é vista no seu papel formador de público e, eventualmente, de praticantes, para a cultura (benefício específico).
- A parceria cultura-educação incidirá também sobre o processo de fixação dos moradores (os alunos provavelmente já o são), que devem ser incentivados a valorizar sua região, usar o que ela oferece, alcançar um nível mais positivo de identificação com sua vizinhança, superando a atual tendência de baixa auto-estima.
- A mesma parceria também se reverte em benefício para a escola, do ponto de vista de sua eficiência pedagógica, sociabilidade (nível fundamental de inclusão social pelos hábitos cotidianos) e integração com seu entorno.

- Em outra direção, deve-se desenvolver programas que estimulem a instalação de serviços e comércios culturais (e não propriamente culturais, como restaurantes e bares) nas cercanias de instituições de ensino superior e de equipamentos culturais que forneça apoio técnico e material à cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACH – Academia de Centros Históricos. *Los centros históricos en nuestro tiempo*. México: Conaculta, 1999.

ARANTES, O. "Uma estratégia fatal - A cultura nas novas gestões urbanas" . In: *A cidade do pensamento único*. RJ: Ed. Vozes. 2002

CAC – Conseil des arts du Canada. *Méthode abrégée d'évaluation des répercussions économiques des arts du spectacle*. Ottawa, 1982.

COMIN, A. et al. *Estratégias de desenvolvimento econômico para a área central do município de São Paulo. Diagnóstico da situação atual (1º relatório)*. São Paulo: Cebrap/Emurb/CEM. 2002 (mimeo).

EARP, F. S. *Pão e Circo*. RJ: Ed. Palavra e Imagem. 2002

FREIRE, C. *Além dos mapas: Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. SP: Annablume/FAPESP, 1997.

GAVITO, M. S. "El Fideicomiso, su obra en el Centro Histórico de la ciudad de México" . In: *Los centros históricos en nuestro tiempo*. Academia de Centros Históricos. México: Conaculta, 1999

JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Martins Fontes, 2000

PA – The Port Authority of New York and New Jersey .The arts as an industry: their economic importance to the New York and New Jersey area. NY, 1983

